

qualquer forma, na escola primária principalmente. Quanto à educação moral, ela não se aprende só em casa, mas também no ambiente escolar. E quando o substitutivo diz que também se deve tratar de educação moral e cívica, faz uma redundância. É claro que toda escola — como ainda agora afirmou o nobre deputado Sólton Borges dos Reis, um dos maiores educadores do Brasil, senão da América do Sul — principalmente a primária e a secundária, tem por função precípua, antes de instruir, a de educar; de dar esses princípios basilares de educação cívica e moral, sem o que deixaria de ser uma escola. Como se trata, no caso, de escola industrial, de caráter profissional e doméstico, era possível que se descurasse do valor cívico e moral. Eis porque o legislador, o Executivo e o próprio Governador, de maneira latente na proposição enviada, já previam a educação cívica e moral. Seria absurdo que uma escola doméstica ou industrial descurasse desses pontos. Daí a razão de o legislador dizer que também se cuidará da educação cívica e moral dos discentes. É claro que a influência da classe se fará sentir no comportamento do aluno em sociedade, já que a classe não deixa de ser um grupo social. Assim, tanto o substitutivo como a mensagem ori-

ginal, estão perfeitamente compreensíveis e não sei porque essa redundância no substitutivo, já que é implícito que sendo escola deve abranger também a educação cívica e moral.

O SR. ANTÔNIO MASTROCOLA — Sr. Presidente, ante a importância do aparte do nobre deputado Dante Perri e em vista da ausência de deputado no plenário, na ocasião em que se discute matéria de tal interesse, solicito a V. Exa. verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Dante Perri e Cardoso Alves para auxiliarem aos trabalhos da Mesa.

E feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença requerida pelo nobre deputado Antônio Mastrocola, 30 Srs. deputados. Não há número para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

157.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1960

PRESIDÊNCIA do Sr. Gustavo Martini, Sra. Conceição da Costa Neves e Sr. Abreu Sodré.

SECRETARIOS, Srs.: Araripe Serpa, Vicente Botta, Jacob Zveibil e Costabile Romano.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 14:30 abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Anacleto Campanella — Antônio Mastrocola — Antônio Moreira — Araripe Serpa — Archimedes Lamnógli — Carlos Kherlakian — Cid Franco — Costabile Romano — Dante Perri — Osvaldo Santos Ferreira — Fernando Mauro — Francisco Franco — Coronel Geraldo Martins — Gustavo Martini — Henrique Peres — Hilário Torloni — Jacob Zveibil — Jétnero de Faria Cardoso — José Felício Castellano — José Maria Costa Neves — Santilli Sobrinho — Leonidas Camarinha — Leonidas Ferreira — Luiz Roberto Vidigal — Jorge Nicolau — Murilo Sousa Reis — Onofre Gouven — Oriando Zancaner — Benedito Matrazze — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Vicente Botta — Walter Menck — Corynlio Baidoino Costa Júnior — Pinheiro Júnior e Rubens Granja e, a ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Nuno Ferreira — Marco Antônio — André Nunes Júnior — Angelo Zamin — André Hamam — Farabulini Júnior — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Augusto do Amaral — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Leonardo Ceravolo — Lot Neto — Eduardo Barnabé — Luciano Lepera — Scalamandré Sobrinho — Germinal Feijó — Ioshifumi Utiyama — Israel Novaes — Jacob Pedro Carolo — Jairo Azevedo — João Hornos Filho — Mendonça Faicão — João Sussumu Hirata — Chaves de Amarante — Castelo Branco — José Costa — Magalhães Prado — Rocha Mendes Filho — Leôncio Ferraz Júnior — Luciano Nogueira Filho — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Mauricio Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Nagib Chaib — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Alfeu Sodré — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Solon Borges dos Reis — Lopes Ferraz — Wilson Lapa — Amaral Gurgel — Lincoln Feliciano e Enio Rocha.

No decorrer da sessão compareceram os seguintes Srs. deputados: Nuno Ferreira — Marco Antônio — André Nunes Júnior — Angelo Zamin — André Hamam — Farabulini Júnior — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Augusto do Amaral — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Ciro Albuquerque — Leonardo Ceravolo — Lot Neto — Eduardo Barnabé — Luciano Lepera — Scalamandré Sobrinho — Germinal Feijó — Israel Novaes — Jacob Pedro Carolo — Jairo Azevedo — Mendonça Faicão — João Sussumu Hirata — Chaves de Amarante — José Costa — Magalhães Prado — Rocha Mendes Filho — Luciano Nogueira Filho — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Modesto Guglielmi — Nagib Chaib — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Alfeu Sodré — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Solon Borges dos Reis — Wilson Lapa — Enio Rocha e Amaral Gurgel.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

2 — Da Sociedade Rural Brasileira, tendo considerações, respectivamente, sobre os Projetos de lei ns. 585, de 1959 e 154, de 1960.

INDICAÇÕES

Do Deputado Scalamandré Sobrinho
n. 1508 — Indicando ao Executivo, seja nomeado o Sr. Wilson Domingos Consolim, Escriturário, Referência "26", lotado na Penitenciária do Estado, para o cargo de Farmacêutico.

Do Deputado Jairo Azevedo
n. 1509 — Indicando ao Executivo, seja pavimentado o trecho de estrada que liga Santa Gertrudes a Via Anhangüera.

n. 1510 — Indicando ao Executivo, seja construída a segunda pista da Via Anhangüera, que liga Campinas a Rio Claro.

Do Deputado Osvaldo Santos Ferreira
n. 1511 — Indicando ao Executivo, seja concedido um auxílio financeiro aos suinocultores da região de Santa Adélia, cujos rebanhos foram dizimados pela peste suína.

Do Deputado Jacob Pedro Carolo
n. 1512 — Indicando ao Executivo, inclua no Plano de Ação a construção de prédio próprio para a Cadeia Pública de Maringá.

n. 1513 — Indicando ao Executivo, inclua no Plano de Ação a instalação da Casa da Lavoura no município de Maringá.

Do Deputado Francisco Franco
n. 1514 — Indicando ao Executivo, seja instalada uma Escola Mista na fazenda de propriedade da Sra. Guiomar Negrão, em Moji das Cruzes.

Do Deputado Gustavo Martini
n. 1515 — Indicando ao Executivo, seja empregado o uso de lanças-ambulatório para a prestação de assistência médica e educação sanitária às populações situadas ao longo do Rio Ribeira e dos seus afluentes.

Do Deputado Walter Santana Menck
n. 1516 — Indicando ao Executivo, seja instalada a Delegacia de Polícia na cidade de Ribeirão Vermelho do Sul.

n. 1517 — Indicando ao Executivo, seja instalada uma agência da Caixa Econômica Estadual, anexa à Coletoria Estadual de Ribeirão Vermelho do Sul.

Do Deputado Pinheiro Júnior
n. 1518 — Indicando ao Executivo, seja concedido aos fiscais de Caça e Pesca os 35% de risco de vida.

EMENDA

EMENDA N. 1 AO PROJETO DE LEI N. 1.306, DE 1960
(S.L. n. 1.196-60)

Dê-se a seguinte redação ao n. 23 do artigo 1.º:

23 — Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga — Capital ... 1.000.000,00

Justificativa

Visa a presente emenda, apenas, corrigir o nome da entidade beneficiada pelo projeto.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1960.

(a) José Felício Castellano

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N. 1.095 DE 1960

Requeiro ao Chefe do Poder Executivo, obedecidos os preceitos regimentais as seguintes informações a serem fornecidas através do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

I — quais as empresas concessionárias de energia elétrica atualmente em atividade no Estado de São Paulo?

II — qual a importância do capital realizado das mesmas?

III — quais as que se tornarão desnecessárias, face ao funcionamento de novas usinas adutoras, de propriedade estatal, ao realizar-se plenamente o "Plano de Eletrificação do Estado"?

IV — exerce o Governo do Estado, por delegação da União, controle e fiscalização das respectivas concessionárias?

V — em caso afirmativo, são satisfatórias as condições de funcionamento e fornecimento de energia pela S.A. Central Elétrica de Rio Claro?

Sala das Sessões, em 12-12-1960.

(a) Jairo Azevedo

Justificativa

A zona servida pela S. A. Central Elétrica de Rio Claro, infelizmente tem sido postergada a plano secundário pela implantação de indústrias, principalmente pelo deficiente fornecimento de energia elétrica. Apesar de ser uma das empresas pioneiras neste setor, não vem prestando serviços compatíveis com o desenvolvimento da região a que serve, principalmente na cidade de Rio Claro, onde tem sido constantes os reclamos de sua população contra os serviços prestados pela empresa. Daí a razão deste requerimento, que nos instruirá sobre a verdadeira situação da S. A. Central Elétrica de Rio Claro.

REQUERIMENTO N. 1.096, DE 1960

Requeiro sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1 — Quantas favelas existem no município de São Paulo?

2 — São periodicamente visitadas por autoridades sanitárias e do Serviço Social do Estado?

3 — Quantas vezes, neste ano de 1960, foram visitadas, por exemplo, as favelas do Vergueiro e do Canindé? Em que meses? Quais as deficiências constatadas nessas e noutras favelas? Quais as medidas tomadas ou projetadas para corrigi-las?

4 — A população infantil das favelas é vacinada, "in loco", por autoridades sanitárias, contra moléstia infecto-contagiosa? E os adultos?

5 — Que medidas, mesmo de emergência, tomaram as autoridades estaduais para resolver o angustiante problema de água e esgoto nas favelas?

6 — Que providências tomou o Estado para facilitar ao menos o ensino primário aos filhos das favelas?

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 1960.

(a) Cid Franco

REQUERIMENTO N. 1.097, DE 1960

Requeiro, nos termos do Regimento Interno ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através da Universidade de São Paulo, se digne informar:

1.º — É certo que na Escola "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, extranumerários diaristas vêm desempenhando funções na Primeira Seção Zootécnica percebendo a remuneração de duzentos e quatro cruzeiros, ao passo que existem servidores desempenhando as mesmas funções com tempo de serviço inferior a muitos outros, percebendo para tanto a quantia de duzentos e cinquenta e três cruzeiros e setenta centavos?

2.º — É objetivo do Governo do Estado promover as necessárias medidas a fim de que os funcionários estaduais, em lotados, nessas condições, ou sejam os Srs. José Cocco, André Fessel, Carlos Rasmussen Evilasio de Camargo, Francisco da Costa, Israel Nicolau Soares, José de Almeida, José Ayres Nogueira, José Sghesi Mário Ferraz de Toledo, Pedro Alertini, Sebastião Neves da Silva, Sebastião Ayres Nogueira e Henrique Gutierrez Corpas, tenham seus ordenados equiparados aos dos demais servidores que exercem as mesmas funções na Primeira Seção de Zootécnica?

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 1960.

(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1098, DE 1960

Sr. Presidente,

Requeremos seja consignado em ata dos nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Diógenes Alves da Cunha ocorrido dia 5 de corrente mês, na cidade de Rancharia, dando-se ciência à família enlutada residente naquela cidade.

Justificativa

Gozava o ilustre extinto senhor Diógenes Alves da Cunha, de merecida admiração de toda a população da cidade de Rancharia, pois, apesar de jovem, teve a oportunidade de grangear o respeito de todos os moradores de sua cidade, pois era dotado de espírito humanitário, com uma intensa alegria de viver, fazendo-se querido e popular.

Era dedicado servidor da Secretaria da Justiça, onde também era admirado e querido pelos seus colegas e familiares.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1960.

(a) Francisco Franco

REQUERIMENTO N. 1099 DE 1960

Requeiro, nos termos regimentais ao Exmo. Sr. Governador do Estado se digne informar:

1.º — Tem ciência o Sr. Governador do Estado que até a presente data ainda não foi paga aos servidores estaduais lotados no Hospital do Juqueri e Santa Tereza, de Ribeirão Preto a diferença a que fazem jus face ao aumento de ordenados em equiparação ao salário mínimo?

2.º — Quais as providências tomadas pelo governo do Estado e que visam determinar o pagamento dessa diferença a esses servidores?

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 1960.

(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1100, DE 1960

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Governador do Estado se digne informar: